



Pastoral dos LGBT

Sumário

- 1 Um novo contexto na sociedade e na Igreja
- 2 A Bíblia e a história
- 3 O ensinamento moral da Igreja em perspectiva inclusiva
- 4 Palavras e gestos proféticos
- 5 Caminhos a percorrer

Referências

1 Um novo contexto na sociedade e na Igreja

Quando o papa Francisco retornou do Brasil a Roma, em 2013, disse algo que teve muita repercussão: “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar? [...] Não se devem marginalizar estas pessoas por isso” (FRANCISCO, 2003b). Nesse mesmo ano, ele convocou o Sínodo dos Bispos para tratar da família e de seus desafios atuais. No questionário preparatório, enviado a todas as dioceses do mundo, perguntou-se que atenção pastoral se pode dar às pessoas que escolheram viver em uniões do mesmo sexo e, caso adotem crianças, o que fazer para lhes transmitir a fé (SÍNODO, 2013).

A Igreja Católica vive um tempo de renovação pastoral impulsionada pelo papa. Ele a convoca a ir às “periferias existenciais”, ao encontro dos pobres e dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências. É preciso abrir-se à novidade que Deus traz à nossa vida, que nos realiza e nos dá a verdadeira alegria e serenidade, porque Deus nos ama e quer apenas o nosso bem. Francisco critica uma Igreja ensimesmada, entrincheirada em estruturas caducas incapazes de acolhimento e fechada aos novos caminhos que Deus lhe apresenta. A ação do Espírito Santo ergue o olhar dos fiéis para o horizonte, impelindo-os a essas periferias (FRANCISCO, 2013a).

Um dos sinais mais notáveis do mundo atual é a ampla visibilidade da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Convém esclarecer os termos. Travestis são pessoas que vivenciam papéis femininos, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres. Transexuais são pessoas que não se identificam com o sexo

que lhes é atribuído ao nascerem, e sim com o outro sexo. Pode haver homem transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como homem, e mulher transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Tanto travestis como transexuais são transgênero, isto é, pessoas que não se identificam com o sexo que lhes é atribuído ao nascerem. O contrário são cisgênero, pessoas identificadas com o sexo atribuído ao nascerem (JESUS, 2012).

No passado, muitos deles viviam à margem da sociedade ou mesmo no anonimato. Vários gays e lésbicas se escondiam no casamento tradicional, constituído pela união heterossexual. Alguns formavam guetos em espaços de convivência bastante reservados, como forma de se protegerem. Mas hoje os LGBT fazem grandes paradas, estão presentes em filmes e telenovelas, buscam reconhecimento, exigem ser respeitados e reivindicam os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos. Esta população está em toda parte. Quem não faz parte dela tem parentes próximos ou distantes que fazem, velada ou manifestamente, bem como vizinhos ou colegas de trabalho.

Esta ampla visibilidade também manifesta os problemas que a aflige. Há uma forte aversão a homossexuais: a homofobia; e a travestis e transexuais: a transfobia. Esta aversão produz diversas formas de violência física, verbal e simbólica contra estas pessoas. Há pais de família que já disseram: “prefiro um filho morto a um filho gay”. Entre os palavrões mais ofensivos que existem, constam a referência à condição homossexual e ao sexo anal, comum no homoerotismo masculino. Ou seja, é xingamento. Muitas vezes, quando se diz que alguém é “homem” ou “mulher”, entende-se que é heterossexual, excluindo da masculinidade ou da feminilidade a pessoa homossexual. No Brasil e em muitos países são frequentes os homicídios, sobretudo de travestis. Há também suicídio de muitos adolescentes que se descobrem gays ou lésbicas, e mesmo de adultos. Eles chegam a esta atitude extrema por pressentirem a rejeição hostil da própria família e da sociedade. Tal hostilidade gera inúmeras formas de discriminação e, mesmo que não leve à morte, traz frequentemente tristeza profunda ou depressão.

O padre Júlio Lancellotti trabalha na cidade de São Paulo com a população de rua. Ele relata a situação dramática que encontra:

Na missão pastoral tenho conversado com vários LGBT que estão pelas ruas da cidade, alguns doentes, feridos, abandonados. Muitos relatam histórias de violência, abuso, assédio, torturas e crueldades. Alguns contam como foram expulsos das igrejas e comunidades cristãs, rejeitados pelas famílias em nome da moral. Testemunhei lágrimas, feridas, sangue e fome. Impossível não reconhecer neles a presença do Senhor Crucificado! (LANCELLOTTI, 2015).

Há também muitos LGBT na Igreja Católica. São pessoas que nasceram e foram criados neste ambiente, têm fé e em certo momento descobriram esta condição. Vários deles participam ativamente de suas comunidades, mas não poucos se afastaram e se afastam por se depararem com incompreensão e hostilidade. É preciso que eles encontrem fiéis e ministros religiosos sensíveis às suas feridas e dificuldades, e também aos seus talentos e potencialidades. Não há dúvida de que os LGBT se situam nas periferias existências apontadas pelo papa. A solicitude pastoral da Igreja também deve contemplá-los. Com a devida compreensão da sua realidade, eles podem ser ajudados na busca de Deus e de sentido para a vida, no cultivo da vida espiritual e da autoestima, na cura de feridas exteriores e interiores, no fomento do apoio mútuo, da vida eclesial, do apostolado e da ação no mundo. Para melhor ajudá-los neste caminho, convém refletir sobre sua realidade com alguns subsídios teológico-pastorais.

2 A Bíblia e a história

A Igreja ensina que a lei de toda a evangelização é pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos, como diz o Concílio Vaticano II (1962-1965). Deve haver um intercâmbio permanente entre a Igreja e as diversas culturas. Para isto, ela necessita da ajuda dos que conhecem bem as várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não. Os fiéis precisam saber ouvir e interpretar as várias linguagens ou sinais do nosso tempo, para avaliá-los adequadamente à luz da Palavra de Deus, de modo que a verdade revelada seja melhor percebida, compreendida e apresentada de um modo conveniente (GS 44). A correta evangelização, portanto, é uma estrada de duas mãos, de intercâmbio entre a Igreja e as culturas contemporâneas. A fé cristã necessita dialogar com os saberes legítimos. Só se pode saber o que a Palavra de Deus significa hoje, e que implicações ela tem, com um suficiente conhecimento da realidade atual, que inclui a visibilidade da população LGBT, o reconhecimento de seus direitos humanos e de sua cidadania.

Não se pode negligenciar o que o livro sagrado dos cristãos diz sobre a atração entre pessoas do mesmo sexo, nem os desdobramentos históricos que daí se seguiram. Mas é preciso se tratar deste assunto com a devida profundidade, indo além da leitura ao pé da letra. A Revelação divina testemunhada na Bíblia é expressa de diversos modos. Segundo o Concílio, o leitor deve buscar o sentido que os autores sagrados em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretenderam exprimir servindo-se dos gêneros literários então usados. Devem-se levar em conta as maneiras próprias de sentir, dizer ou narrar em uso no tempo deles, como também os modos que se empregavam frequentemente nas relações entre os homens daquela época (DV 12).

No judaísmo antigo, acreditava-se que o homem e a mulher foram criados um para o outro, para se unirem e procriarem. Supõe-se uma heterossexualidade universal, expressa no imperativo “crescei e multiplicai-vos” (Gn 1,28). Isto foi escrito no tempo do exílio judaico na Babilônia. Para o povo expulso de sua terra e submetido a uma potência estrangeira, crescer era fundamental para a sobrevivência da nação e da religião. Não se nega o desígnio divino de que a humanidade se espalhe pela terra, mas a necessidade de sobrevivência do povo judeu naquele tempo era urgente.

O sêmen do homem supostamente continha o ser humano inteiro, e devia ser colocado no ventre da mulher assim como a semente é depositada na terra. Não se conhecia o óvulo. O próprio nome sêmen está ligado a semente. Ele jamais deveria ser desperdiçado, como mostra a história de Onã. Ele se casou com Tamar, viúva de seu irmão Her, que morreu sem ter descendente. Conforme a lei (Dt 25,5-10), Onã deveria suscitar uma posteridade a seu irmão, e o primeiro filho homem deveria ter o nome deste irmão falecido, Her. Mas Onã praticou coito interrompido, ejaculando fora da vagina de sua esposa e impedindo-a de conceber. Onã foi fulminado por Deus, como punição por esta transgressão (Gn 38,1-10).

É neste contexto que a relação sexual entre dois homens era inadmissível. Israel devia se distinguir das outras nações de várias maneiras, com o seu culto, sua lei e seus costumes, segundo o código de santidade do Livro do Levítico. Aí se inclui a proibição do homoerotismo, considerado abominação (Lev 18,22). Proíbe-se também, e com rigor: trabalhar no sábado, comer carne de porco ou frutos do mar, aparar o cabelo e a barba, tocar em mulher menstruada durante sete dias, usar roupa tecida com duas espécies de fio, plantar espécies diferentes de semente em um mesmo campo e acasalar animais de espécies distintas. Quando o cristianismo, nascido em Israel, expandiu-se entre os povos não judeus, a santidade do Levítico não se tornou norma para estes povos, mas a proibição do homoerotismo sim, conforme se verá adiante.

A esta proibição somou-se a história de Sodoma e Gomorra, cujo pecado clamou aos céus e resultou no castigo divino destruidor (Gn 19). O pecado foi recusar a hospitalidade aos que visitavam o patriarca Ló, a ponto de tentarem violentar sexualmente estes visitantes. Com frequência, a violência sexual era uma forma de humilhação imposta por exércitos vencedores aos vencidos. Inicialmente, o delito de Sodoma era visto como “orgulho, alimentação excessiva, tranquilidade ociosa e desamparo do pobre e do indigente” (Ez 16,49). Através do profeta, o Senhor diz: “Tornaram-se arrogantes e cometeram abominações em minha presença” (Ez 16,50). Vários séculos depois, tal pecado foi identificado com o homoerotismo, mas na origem ele nada tem a ver com o amor entre pessoas do mesmo sexo, ou mesmo com relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas do mesmo sexo.

No Novo Testamento, a Carta aos Romanos afirma que quem ama o próximo cumpriu a lei, pois os mandamentos se resumem em amar ao próximo como a si mesmo (Rm 13,8-10). Este é o espírito dos mandamentos e o critério de sua interpretação. Mas ao refutar o politeísmo, o apóstolo Paulo o associa ao homoerotismo (Rm 1,18-32). Os pagãos são acusados de não adorar o Deus único, mas as criaturas, e de permitir essa prática sexual vista como abominação pelos judeus. Tal comportamento é considerado castigo divino por causa de uma prática religiosa errada: “Por tudo isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas”. Outros escritos paulinos têm a mesma posição, em que prováveis referências ao homoerotismo estão ligadas à idolatria e à irreligião (1Cor 6,9-11; 1Tim 1,8-11). No contexto judaico-cristão da Antiguidade, este argumento era compreensível. Não havia o conceito de “orientação sexual”, estrutura profundamente enraizada na pessoa, com relativa estabilidade, levando-o à atração pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo. A “orientação sexual” nada tem a ver com a crença em um ou em vários deuses, ou com qualquer prática religiosa. Mas, no contexto da Antiguidade, a Igreja herdou a visão antropológica judaica da heterossexualidade universal com suas interdições. Hoje, tudo isto deve ser levado em conta.

A religião cristã se expandiu e se tornou hegemônica em muitos países, chegando a se tornar religião de Estado. O homoerotismo foi classificado como “sodomia” e criminalizado por muitos séculos. Para a Igreja, a sodomia era um crime horrendo: provocava tanto a ira de Deus a ponto de causar tempestades, terremotos, pestes e fomes que destruíam cidades inteiras. Era algo indigno de ser nomeado, um “pecado nefando” do qual nem se deve falar, e muito menos se cometer (VIDE, 2007, p. 331-332). Tribunais civis e mesmo eclesiásticos, como a Inquisição, julgavam os acusados deste delito. Os culpados eram entregues ao poder civil para serem punidos, até mesmo com a morte.

Com o advento do Iluminismo e da razão autônoma, independente da Revelação, a prática sexual exercida sem violência ou indecência pública não devia cair sob o domínio da lei. Teve início uma crescente descriminalização da sodomia. A modernidade, impulsionada pelo Iluminismo, trouxe a separação entre Igreja e Estado, a autonomia das ciências e os direitos humanos, que restringem o poder do soberano sobre o súdito e ampliam a liberdade da pessoa em relação à coletividade. No século XIX, o termo sodomia foi substituído por “homossexualidade”. A questão é trazida do âmbito religioso e moral para o âmbito médico. O que até então era visto como abominação passa a ser considerado doença. Por muitas décadas, pessoas homossexuais eram internadas em sanatórios. Chegou-se até mesmo ao uso de choque elétrico no tratamento médico destas pessoas.

A partir dos anos 1970, houve uma progressiva despatologização da homossexualidade, impulsionada pelo crescimento do movimento gay. Nos anos 1990, a Organização Mundial de Saúde a retirou da lista de doenças. Organizações de médicos e de psicólogos declararam que a homossexualidade não é doença, nem distúrbio, nem perversão; e

proibiram seus profissionais de colaborarem em serviços que propõem o seu tratamento e cura. Assim, algumas pessoas são gays ou lésbicas e o serão por toda a vida. Não se trata de opção, mas de condição ou orientação. Com relação a travestis e a transexuais, permitem-se hoje tratamentos de transexualização, inclusive na rede pública de saúde. A mudança do nome social é prevista em certos casos, podendo-se até chegar à mudança do nome no registro civil.

3 O ensinamento moral da Igreja em perspectiva inclusiva

Alguns princípios da modernidade foram assimilados pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II. Além do novo enfoque da evangelização e da leitura da Bíblia, o Concílio legitimou a separação entre Igreja e Estado, a autonomia da ciência, e reconheceu a liberdade de consciência, que é o direito de a pessoa agir segundo a norma reta da sua consciência, e o dever de não agir contra ela. Nela está o “sacrário da pessoa”, onde Deus está presente e se manifesta. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos outros homens no dever de buscar a verdade, e de nela resolver os problemas morais que surgem na vida individual e social (GS 16). Nenhuma palavra externa substitui a reflexão e o juízo da própria consciência. O Catecismo da Igreja Católica aprofunda este ensinamento e cita o cardeal Newman: “a consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo” (n. 1778). É ela quem primeiro representa Cristo para o fiel. A vida espiritual e a reflexão muito ajudam o fiel a ouvir a voz do Senhor e a discernir os seus sinais.

Certa vez o papa Bento XVI afirmou que o cristianismo não é um conjunto de proibições, mas uma opção positiva. E acrescentou que é muito importante evidenciar isso novamente, porque essa consciência hoje quase desapareceu completamente (BENTO XVI, 2006). É muito bom que um Papa tenha reconhecido isto, pois há no cristianismo uma história multissecular de insistência na proibição, no pecado, na culpa, na ameaça de condenação e no medo. Pode-se falar de uma “pastoral do medo”, que com veemência culpabiliza as pessoas e as ameaça de condenação eterna para obter a sua conversão. Isto não se restringe ao passado. Ainda hoje, em diversas igrejas e ambientes cristãos, muitos interpretam a doutrina de maneira extremamente restritiva e condenatória, com obsessão pelo pecado, sobretudo a respeito de sexo. As proibições ligadas à mensagem cristã frequentemente repercutem mais do que o seu conteúdo positivo. Isto se observa tanto dentro da Igreja, entre os fiéis, quanto fora, entre os que a criticam. Há um foco excessivo na proibição. É fundamental buscar na mensagem cristã o seu componente positivo, para que ela seja boa nova, Evangelho.

O papa Francisco segue esta linha com determinação. Ele diz que “o anúncio do amor salvífico de Deus precede a obrigação moral e religiosa. Hoje, por vezes, parece que prevalece a ordem inversa” (FRANCISCO, 2013c). Este anúncio deve concentrar-se no essencial, que é também o que mais apaixona e atrai, procurando curar todo tipo de ferida e fazer arder o coração, como o dos discípulos de Emaús que se encontraram com Cristo ressuscitado. A proposta evangélica deve ser mais simples, profunda e irradiante. É desta proposta que vêm depois as consequências morais. Nesta perspectiva, o confessionário não é uma sala de tortura, mas um lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos (FRANCISCO, 2013c).

O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e nos salva, reconhecendo-o nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos. A Igreja não deve ser uma alfândega dos sacramentos, mas a casa paterna onde há lugar para todos que enfrentam fadigas em suas vidas. Todos podem participar da vida eclesial e fazer parte da comunidade. A Eucaristia, plenitude da vida sacramental, não é um

prémio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os que necessitam de forças (EG 39 e 47).

O conhecimento da verdade é progressivo, observa o papa. A compreensão do homem muda com o tempo, e sua consciência se aprofunda. Recorde-se o tempo em que a escravatura era aceita e a pena de morte era admitida sem nenhum problema. Os exegetas e os teólogos, como também as outras ciências e a sua evolução, ajudam a Igreja a amadurecer o próprio juízo. Como consequência, há normas e preceitos eclesiais secundários que em outros tempos foram eficazes, mas que hoje perderam valor ou significado. Uma visão da doutrina da Igreja como um bloco monolítico a ser defendido sem matizes é errada (FRANCISCO, 2013c). Portanto, os fieis cristãos, incluindo os LGBT, devem procurar ser adultos na fé, atentos às contribuições das ciências que ajudam a Igreja a amadurecer seu juízo. Eles não devem se encapsular em posturas intransigentes avessas à reflexão crítica e ao diálogo.

O Concílio afirma que há uma ordem ou hierarquia de verdades no ensinamento da Igreja, segundo o seu nexa com o fundamento da fé cristã. Alguns conteúdos são mais importantes por estarem estreitamente ligados a este fundamento. Outros, por sua vez, são menos importantes por estarem menos ligados a ele (UR 11). Para Francisco, esta ordem é válida tanto para os dogmas de fé como para os demais ensinamentos da Igreja, incluindo a sua mensagem moral. Nesta, há uma hierarquia nas virtudes e ações. A misericórdia é a maior das virtudes. As obras de amor ao próximo são a manifestação externa mais perfeita da graça interior do Espírito. Os preceitos dados por Cristo e pelos Apóstolos ao povo de Deus são pouquíssimos. E os preceitos adicionados posteriormente pela Igreja devem ser exigidos com moderação, para não tornar pesada a vida aos fiéis e nem transformar a religião numa escravidão (EG 36-37 e 43).

Nesta moral matizada que o papa expõe tem grande importância o bem possível. Sem diminuir o valor do ideal evangélico, é preciso acompanhar, com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que vão se construindo dia a dia. Um pequeno passo no meio de grandes limitações humanas pode ser mais agradável a Deus do que uma vida externamente correta, de quem não enfrenta maiores dificuldades. A consolação e a força do amor salvador de Deus devem chegar a todos. Deus opera misteriosamente em cada pessoa, para além dos seus defeitos e das suas quedas. Um coração missionário não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada (EG 44-45).

A moral sexual tem como uma de suas principais referências o mandamento do Decálogo “não pecar contra a castidade”. Originalmente o mandamento é “não cometerás adultério” (Ex 20,14), mas a catequese cristã nele incorporou outros ensinamentos bíblicos e tradicionais relativos à sexualidade. O Catecismo define hoje a castidade primeiramente como a integração da sexualidade na pessoa, na sua unidade de corpo e alma (n. 2337). Esta integração é um caminho gradual, um crescimento pessoal em etapas, que passa por fases marcadas pela imperfeição e até pelo pecado (n. 2343). A gradualidade na aplicação da lei moral é quase desconhecida em muitos ambientes católicos, e por isso deveria ser amplamente ensinada. Muitas vezes há o triunfo do tudo ou nada, fruto de um radicalismo estéril, e não a busca do bem possível. E só pode haver uma integração bem-sucedida se a pessoa viver em paz com a sua própria sexualidade, amando o seu semelhante e a si mesma. Os caminhos e as condutas neste campo não podem prescindir jamais desta integração.

Uma carta pastoral da Cúria Romana afirma que nenhum ser humano é um mero homo ou heterossexual. Ele é acima de tudo criatura de Deus e destinatário de sua graça, que o

torna filho de Deus e herdeiro da vida eterna (CDF, 1986, n.16). Isto também vale para o restante da diversidade sexual. Seja a pessoa LGBT ou não, ela é criatura divina, destinada a participar da vida em Cristo e da sua salvação. A carta acrescenta que toda violência física ou verbal contra pessoas homossexuais é deplorável, merecendo a condenação dos pastores da Igreja onde quer que se verifique. Os atos homossexuais, por sua vez, são considerados intrinsecamente desordenados e, como tais, não podem ser aprovados em nenhum caso. Sobre a culpabilidade da pessoa, porém, deve haver prudência no julgamento. São reconhecidos certos casos em que a tendência homossexual não é fruto de opção deliberada da pessoa, e que esta pessoa não tem alternativa e é compelida a se comportar de modo homossexual. Por conseguinte, em tal situação ela age sem culpa. Alerta-se para o risco de generalizações, mas podem existir circunstâncias que reduzem ou até mesmo eliminam a culpa da pessoa (CDF, 1986, n. 10, 3 e 11). Nesta situação, portanto, não se pode dizer jamais que a pessoa está em pecado mortal e que deve se afastar dos sacramentos.

Não é simples propor aos LGBT viverem a castidade no celibato. Como a castidade é a integração da sexualidade na pessoa, na sua unidade de corpo e alma, não se deve anular a pessoa afetiva e humanamente. Na formação para o sacerdócio, por exemplo, ensina-se que o caminho formativo deve ser interrompido no caso de um candidato ter excessiva dificuldade com o celibato, “vivido como uma obrigação tão penosa a ponto de comprometer o equilíbrio afetivo e relacional” (CEC, 2007, n. 10). Esta norma é sábia. É algo que convém também aos religiosos de congregações e aos fiéis leigos, incluindo pessoas homossexuais e trans. Não se deve viver o celibato a qualquer preço.

As conferências episcopais também trazem contribuições importantes à pastoral, que são fruto de reflexões e práticas contextualizadas em diferentes realidades com suas necessidades e urgências. Francisco menciona um documento dos bispos franceses sobre o reconhecimento civil da união homossexual (EG 66, nota 60). Eles se opuseram à lei que equipara totalmente esta união à união heterossexual. Mas não só. Os bispos repudiam a homofobia, e felicitam a evolução do direito que hoje condena toda discriminação e incitação ao ódio em razão da orientação sexual. Reconhecem que muitas vezes não é fácil para a pessoa homossexual assumir a sua condição, pois os preconceitos são duradouros e as mentalidades só mudam lentamente, inclusive nas comunidades e nas famílias católicas. Estas famílias são chamadas a acolher toda a pessoa como filha de Deus, qualquer que seja a sua situação. E numa união durável entre pessoas do mesmo sexo, para além do aspecto meramente sexual, a Igreja estima o valor da solidariedade, da ligação sincera, da atenção e do cuidado com o outro (CEF, 2012).

Estes passos são muito importantes. Se não há um ambiente livre de hostilidade que possibilite às pessoas homossexuais assumirem a sua condição, se não há qualquer reconhecimento social ou estima pelas uniões entre indivíduos do mesmo sexo, a homofobia presente na sociedade as leva a contraírem uniões heterossexuais para fugirem do preconceito. Isto acontece há séculos e traz muito sofrimento às pessoas envolvidas. É necessário pôr fim a esta situação opressiva. Conforme o direito eclesiástico, o sacramento do matrimônio nestas circunstâncias é inválido (CDC, Cân. 1095, n. 3). É preciso que os fiéis saibam disto. A união heterossexual não é solução para a pessoa homossexual.

Os bispos brasileiros têm um documento sobre a renovação pastoral das paróquias, em que se contemplam as novas situações familiares com realismo e abertura, incluindo as uniões do mesmo sexo. Os bispos reconhecem que nas paróquias participam pessoas unidas sem o vínculo sacramental e outras em segunda união. Há também as que vivem sozinhas sustentando os filhos, avós que criam netos e tios que sustentam sobrinhos. Há

crianças adotadas por pessoas solteiras ou do mesmo sexo, que vivem em união estável. Os bispos exortam a Igreja, família de Cristo, a acolher com amor todos os seus filhos. Conservando o ensinamento cristão sobre a família, é necessário usar de misericórdia. Constata-se que muitos se afastaram e continuam se afastando das comunidades porque se sentiram rejeitados, porque a primeira orientação que receberam consistia em proibições e não em viver a fé em meio à dificuldade. Na renovação paroquial, deve haver conversão pastoral para não se esvaziar a Boa Nova anunciada pela Igreja e, ao mesmo tempo, não deixar de se atender às novas situações da vida familiar. “Acolher, orientar e incluir” nas comunidades os que vivem em outras configurações familiares, são desafios inadiáveis (CNBB, 2014, n. 217-218).

4 Palavras e gestos proféticos

O Sínodo dos Bispos sobre a família gerou um debate amplo e fecundo, e teve como fruto uma exortação pós-sinodal do papa. Ele reitera o seu apelo à Igreja de ir ao encontro dos que vivem nas mais variadas periferias existenciais. A Igreja é chamada a conformar a sua ação à de Cristo, que em um amor sem fronteiras ofereceu-se por todos sem exceção. Aos que manifestam a orientação homossexual, deve-se assegurar um acompanhamento respeitoso para que possam dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar a vontade de Deus em suas vidas (AL 312 e 250). Francisco faz um alerta incisivo contra o moralismo que muitas vezes reina em ambientes cristãos e na hierarquia da Igreja Católica, visando fomentar o devido respeito à consciência e à autonomia dos fiéis:

“[...] nos custa dar espaço à consciência dos fiéis, que muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites, e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações onde se rompem todos os esquemas. Somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las” (AL 37).

Além desta palavra oportuna, o papa fez um gesto surpreendente em 2015, recebendo em sua casa a visita do transexual espanhol Diego Neria e de sua companheira. A história de Diego é emblemática da condição transexual, do preconceito atroz e do seu enfrentamento. Ele nasceu com corpo de mulher, mas desde criança sentia-se homem. No Natal, escrevia aos reis magos pedindo como presente tornar-se menino. Ao crescer, resignou-se à sua condição. “Minha prisão era meu próprio corpo, porque não correspondia absolutamente ao que minha alma sentia”, confessa. Diego escondia esta realidade o quanto podia. Sua mãe pediu-lhe que não mudasse o seu corpo enquanto ela vivesse. E ele acatou este desejo até a morte dela. Quando ela morreu, Diego tinha 39 anos. Um ano depois, ele começou o tratamento transexualizador. Na igreja que frequentava, despertou a indignação das pessoas: “como se atreve a entrar aqui na sua condição? Você não é digno”. Certa vez, chegou a ouvir de um padre: “Você é filha do diabo”! Mas felizmente ele teve o apoio do bispo de sua diocese, que lhe deu ânimo e consolo. Isto encorajou Diego a escrever ao papa Francisco e a pedir um encontro com ele. O papa o recebeu e o abraçou no Vaticano, na presença da sua companheira. Hoje, Diego Neria é um homem em paz (HERNÁNDEZ, 2015).

Ocorreram outros encontros do papa com LGBT, como a visita a um presídio na Itália em que ele teve uma refeição à mesa na companhia de presos transexuais. Nos Estados Unidos, Francisco se encontrou na nunciatura apostólica com seu antigo aluno e amigo gay Yayo Grassi, e com o companheiro dele. Grassi já tinha apresentado o seu companheiro ao papa dois anos antes. Este relacionamento homoafetivo nunca foi problema na amizade entre Grassi e o papa (GRASSI, 2015). Sobre os encontros que teve com pessoas homossexuais, transexuais e seus respectivos companheiros, o papa comentou: “as pessoas devem ser acompanhadas como as acompanha Jesus. [...] em cada

caso, acolhê-lo, acompanhá-lo, estudá-lo, discernir e integrá-lo. Isto é o que Jesus faria hoje” (FRANCISCO, 2016).

Gestos como estes do papa valem mais que mil palavras. Se todas as famílias que têm filhos ou parentes LGBT fizessem o mesmo, recebendo-os em casa com seus companheiros, muitos problemas e dramas humanos seriam resolvidos.

5 Caminhos a percorrer

A realidade dos LGBT é complexa e delicada, traz apelos urgentes e constitui um desafio à evangelização. A leitura crítica da Sagrada Escritura, a devida atenção aos resultados das ciências, os diversos matizes da moral e a fidelidade à própria consciência são elementos que tornam o ensinamento da Igreja um conteúdo rico e dinâmico na vida dos fiéis. Estes elementos podem ajudar muito a ação evangelizadora junto àquela população. Não se deve buscar no ensinamento da Igreja, e nem mesmo na Bíblia, um manual de instruções de eletrodoméstico ou um código moral completo, universal e imutável. Muitas vezes se fazem citações descontextualizadas da Bíblia e simplificações indevidas da doutrina, com extrema rigidez e um terrível ímpeto condenatório dirigido aos LGBT. Alguns falam de “textos do terror” ou de “balas bíblicas” usadas contra estas pessoas. A pregação, em vez de curar feridas e aquecer o coração, traz mais devastação, e a Palavra do Deus da vida se torna palavra de morte. Não se deve jamais tratar estes indivíduos como endemoninhados a serem exorcizados, ou submetê-los à oração de “cura e libertação” para mudarem a sua condição ou identidade.

Na Igreja Católica, hoje, há diferentes tipos de apostolado junto aos LGBT. Um deles é o grupo *Courage*, apoiado pela Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos. Esta desaconselha pessoas homossexuais a se definirem primeiramente pela sua inclinação sexual, bem como de participarem de “subculturas gays”, que tendem a promover um estilo de vida imoral (USCCB, 2006, p. 22 e nota 44). Há outros grupos cuja ênfase é a inclusão e a cidadania dos LGBT na Igreja e na sociedade, a cura das feridas, o crescimento na fé e o respeito pela consciência nas escolhas de vida. Estes grupos formaram a Rede Global de Católicos Arco-íris (GNRC, 2015). A Diocese de Westminster (Inglaterra), que abrange a cidade de Londres, possui a Capelania LGBT (*LGBT Chaplaincy*) para atendimento pastoral a estes fiéis. As Arquidioceses de Santiago, Chile (ALDEA, 2013), e de Belo Horizonte (CIPRIANI, 2017) possuem a Pastoral da Diversidade Sexual.

Não faltam divergências e conflitos a respeito da diversidade sexual e de gênero. Mas também não é necessário esperar a sua resolução. Há posições e práticas já legitimadas que podem ser adotadas e difundidas. A descriminalização da homossexualidade e da transexualidade no mundo inteiro deve ser defendida com vigor, bem como o enfrentamento da violência física, verbal e simbólica feita aos LGBT. O exemplo do papa Francisco, recebendo-os em sua casa com seus companheiros, deve ser seguido. É através deste acolhimento que o verdadeiro encontro se torna possível, dando às pessoas a oportunidade de se conhecer mutuamente e de interagir positivamente, sem escamotear realidades vitais e sem deixar que o preconceito e o medo criem fantasmas.

Acolher, orientar e incluir, como diz a CNBB sobre as novas configurações familiares, é uma ponte que conduz às periferias existenciais. Não faltam à Igreja recursos teóricos e testemunhos marcantes para pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos, a fim de que a vida em Cristo seja comunicada, as feridas curadas e os corações aquecidos.

Certa vez uma senhora devota me procurou desconsolada por descobrir que seu filho é gay. Tivemos uma boa conversa, e eu lhe recomendei o filme *Orações para Bobby* (MULCAHY, 2009). Tempos depois ela me disse exultante: “Jesus tirou o preconceito do meu coração”! De fato, Jesus age na vida das pessoas e liberta do preconceito. O seu Espírito impele a Igreja a transpor as estruturas caducas, externas e internas, incapazes de acolhimento. Os discípulos do Jesus devem acolher com amor pessoas homossexuais e trans para manifestar ao mundo o rosto do seu mestre, e alegrar-se com as bênçãos de Deus Pai. Se muitos LGBT sentem que precisam da Igreja, cabe reconhecer que ela também precisa deles.

Luís Corrêa Lima. PUC Rio. Texto original em português.

6 Referências

ALDEA, S. “La pastoral de la diversidad sexual”. Paula, 8 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.paula.cl>>.

BENTO XVI. “Entrevista de Bento XVI em previsão de sua viagem à Baviera (I)”. 16/8/2006. Disponível em: <www.zenit.org>.

CDC (*Código de direito canônico*). 1983. Disponível em: www.vatican.va

CEC (Congregação para a Educação Católica). *Orientações para a utilização das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos ao sacerdócio*. 2007. Disponível em: <www.vatican.va>.

CEF (Conférence des Évêques de France). *Elargir le mariage aux personnes de même sexe? Ouvrons le débat!* 2012. Disponível em: <www.eglise.catholique.fr>

CDF (Congregação para a Doutrina da Fé). *Homosexualitatis problema: sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais* 1986. Disponível em: <www.vatican.va>.

CIPRIANI, J. “Santuário São Judas Tadeu tem primeira Pastoral da Diversidade Sexual de BH”. *Estado de Minas*, 12 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.em.com.br>>.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. São Paulo: Paulinas, 2014.

FRANCISCO. *Homilia*. 19/5/2013a. <w2.vatican.va>.

_____. *Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de regresso*. 28/7/2013b. Disponível em: <w2.vatican.va>.

_____. Entrevista exclusiva do papa Francisco às revistas dos jesuítas. *Brotéria*. 19/8/2013c. Disponível em: <<http://www.diocese-porto.pt>>.

_____. *Conferência de imprensa do santo padre durante o voo Baku-Roma*. 2 out. 2016. Disponível em: <w2.vatican.va>.

GNRC (GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS). 2015. Disponível em: <rainbowcatholics.org>.

GRASSI, Y. “Em Francisco, não há espaço para a homofobia”. Entrevista com Yayo Grassi, o ex-aluno gay do papa. 6/10/2015. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br>.

JESUS, J. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: <www.sertao.ufg.br>.

HERNÁNDEZ, A. “El bendito encuentro entre Francisco y Diego”. 26/1/2015. Disponível em: <www.hoy.es>.

LANCELLOTTI, J. *Postagem*. 9/6/2015. Disponível em: <www.facebook.com/AmigoseTribos>.

MULCAHY, R. *Orações para Bobby* (filme). EUA, 2009. Disponível em: <www.youtube.com>.

_____. *Plegarias para Bobby* (película). _____.

SÍNODO DOS BISPOS. *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização*: documento de preparação. 2013. Disponível em: <www.vatican.va>.

USCCB (UNITED STATES CONFERENCE OF CATHOLIC BISHOPS). *Ministry to persons with a homosexual inclination*: guidelines for pastoral care. Washington, DC, 2006. Disponível em: <www.usccb.org>.

VIDE, S. M. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* (1707). Brasília: Senado Federal, 2007.

Para aprofundar mais

ALISON, J. *Una fe mas alla del resentimiento*: fragmentos catolicos en clave gay. Barcelona: Herder, 2009.

_____. *Fé Além do Ressentimento*: fragmentos católicos em voz gay. São Paulo: É Realizações, 2010.

BESSON, C. *Homossexuais católicos*: como sair do impasse. São Paulo: Loyola, 2015.

EMPEREUR, J. *Direção espiritual e homossexualidade*. São Paulo: Loyola, 2006.

GAMBERINI, P. “Parejas homosexuales: vivir, sentir y pensar de los creyentes”. *Selecciones de Teología*, n. 216, 2015, p. 267-280. Disponível em: <www.seleccionesdeteologia.net>.

GOERTZ, S. “Una forma de amor: para un cambio de perspectivas en la valoración de la homosexualidad”. *Selecciones de Teología*, n. 215, 2015, p. 163-170. Disponível em: <www.seleccionesdeteologia.net>.

JUNG, P.; CORAY, J. (org.). *Diversidade sexual e catolicismo*: para o desenvolvimento da teologia moral. São Paulo: Loyola, 2005.

MUSSKOPF, A. *Via(da)gens teológicas*: itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Paulo: Fonte, 2012.

POPE, S. “Argumentos del magisterio contra los ‘matrimonios homosexuales’: un análisis ético y crítico”. *Selecciones de Teología*, n. 180, 2006, p. 342-356. Disponível em: <www.seleccionesdeteologia.net>.

Site do Grupo de Pesquisa Diversidade Sexual, Cidadania e Religião da PUC-Rio: <www.diversidadesexual.com.br>.

VIDAL, M. *Sexualidade e condição homosexual na moral cristã*. Aparecida: Santuário, 2008.

_____. *Sexualidad y cristianismo*: orientaciones éticas y perspectivas sobre la homosexualidad. Madri: El Perpetuo Socorro, 2009.

VIDAL, M.; GAFO, J. (et al.). *Homosexualidad*: ciencia y consciencia. Santander: Sal Terrae, 1981.

_____. *Homossexualidade: ciência e consciência*. São Paulo: Loyola, 1985.

- **TEOLOGIA PRÁTICA E PASTORAL**
- **Pastoral dos LGBT**
- **Fé cristã e inculturação**
- **Os leigos na missão da Igreja**
- **Evangelização**
- **Comunidades eclesiais de base (CEBs) e opção pelos pobres**

ISBN: 9788561227043